

Semeando justiça ambiental e gestando vidas: maternidade e pesquisa no ensino de Geografia

Sowing environmental justice and nurturing life: motherhood and research in Geography education

¹ Josiane Jesus Machado Gomes  

² Nilcimar dos Santos Souza  

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre a experiência de desenvolver uma pesquisa de mestrado durante a gestação e os primeiros meses de maternidade, articulando trajetória acadêmica, docência e compromisso com a justiça ambiental. O estudo, realizado em uma escola pública do distrito de Tamoios, em Cabo Frio/RJ, investigou as contribuições da educação ambiental crítica associada à cartografia social para o enfrentamento do racismo ambiental e das injustiças ambientais no ensino de Geografia. A pesquisa, de abordagem qualitativa e participante, envolveu 35 estudantes do ensino fundamental em oficinas voltadas à leitura crítica do território e à construção colaborativa de um mapa das injustiças ambientais locais. Os resultados indicaram que os estudantes reconhecem problemas socioambientais presentes em seu cotidiano, embora ainda apresentem uma percepção desses problemas em construção. As atividades desenvolvidas favoreceram reflexões sobre desigualdades territoriais, responsabilidades coletivas e possibilidades de transformação social. Paralelamente, o artigo discute os desafios e as tensões vivenciados pela autora ao conciliar gestação, maternidade, trabalho docente e formação acadêmica. Conclui-se que a maternidade não interrompeu a produção científica, mas ressignificou a própria experiência de fazer pesquisa, ampliando o compromisso ético com a educação, o cuidado e a construção de sociedades ambientalmente mais justas.

Palavras-chave: maternidade. justiça ambiental. educação ambiental crítica. cartografia social. ensino de geografia.

ABSTRACT

This article reflects on the experience of conducting a master's research project during pregnancy and early motherhood, articulating academic trajectory, teaching practice, and commitment to environmental justice. The study was carried out in a public school in the district of Tamoios, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brazil, and investigated the contributions of critical environmental education associated with social cartography to addressing environmental racism and environmental injustices in Geography teaching. The qualitative participatory research involved 35 middle school students in workshops focused on critical readings of their territory and the collaborative construction of a map of local environmental injustices. The findings showed that students recognize socio-environmental problems present in their daily lives, although their political awareness is still under development. The activities fostered reflections on territorial inequalities, collective responsibilities, and possibilities for social transformation. At the same time, the article discusses the challenges and tensions experienced by the author while balancing pregnancy, motherhood, teaching work, and academic training. It is concluded that motherhood did not interrupt scientific production, but rather redefined the very experience of conducting research, strengthening an ethical commitment to education, care, and the construction of more environmentally just societies.

Keywords: motherhood. environmental justice. critical environmental education. social cartography. geography education.

1 Mestre em Educação em Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). Professora de Geografia do Ensino Fundamental em escola pública, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 Doutor em Ciências. Professor do Instituto Multidisciplinar de Química e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolvida em um programa de educação em ciências, por uma mulher negra casada, mãe de três filhos (18, 11 e 2 anos), egressa da escola pública e atualmente servidora pública como professora de Geografia. A mais nova foi gestada e nascida junto com a dissertação, que visou semear a discussão, na escola, sobre o racismo ambiental e as injustiças ambientais que permeiam o território de Tamoios, Cabo Frio, onde leciono há 17 anos como professora de Geografia.

A vivência na localidade, como docente de escola pública ao longo desses anos, me fez emergir inquietações a respeito das complexidades e das desigualdades socioespaciais que afetam a região e a população. Nessa região habitam pessoas pobres, negras e que carecem, muitas vezes, de informação e práticas que visem minimizar os impactos das desigualdades impostas a elas. As interconexões entre os fatores sociais, ambientais e de saúde na comunidade escolar tornaram-se cada vez mais evidentes, o que me mobilizou e motivou para o mestrado.

A empreitada desse projeto acadêmico representou uma resistência à lógica da anulação da mulher, que muitas das vezes é imposta pelo ato de maternar. A dedicação exclusiva exigida pela criação dos filhos, aliada à fragilidade ou ausência das redes de apoio institucional e familiar, como no meu caso, atuam como barreira invisível que inviabiliza mulheres de sonharem em confrontar uma estrutura patriarcal que nos força a escolher entre sonharmos e sermos mães e exercer o direito da mulher de habitar espaços de produção de saber.

No âmbito científico escolar, enquanto docente de Geografia, compreendo que o uso do mapa na sala de aula não serve apenas como um mero objeto técnico de localização, mas uma ferramenta pedagógica de reconhecimento e pertencimento, pois é no ato de mapear que o estudante se inscreve no mundo, deixando de ser um habitante passivo para se tornar um sujeito consciente das disputas e configurações de seu próprio lugar.

Nesta pesquisa, proponho uma abordagem do racismo ambiental e das injustiças ambientais, trazendo contribuições para o campo educacional, de modo que buscaremos responder a uma questão central: como a educação ambiental crítica, atrelada ao uso da cartografia em sala de aula, pode contribuir para enfrentar o racismo ambiental e as injustiças ambientais no distrito de Tamoios, em Cabo Frio?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise que se faz do progresso da sociedade contemporânea nos revela notáveis avanços científicos e tecnológicos, com marcos significativos nos processos de industrialização e no campo da saúde. Contudo, essa evolução suscita uma indagação crucial: o desenvolvimento tecnológico ocorreu de maneira equânime, contemplando também a nossa relação com o meio ambiente? Historicamente, percebemos uma relação desigual, privilegiando o interesse de alguns indivíduos e estruturando a sociedade e o ambiente por meio do racismo ambiental. Esse conceito retrata as situações de desigualdades impostas a pessoas pobres e, assim, evidencia a forma com que ocorrem o que chamo aqui de injustiças ambientais, que atingem uma determinada classe social e seu território, determinando, quem arca com os ônus ambientais e quem se beneficia dos processos de desenvolvimento.

Nesse sentido, um grupo de indivíduos nessa sociedade moderna, um grupo minoritário cabe ressaltar, detêm uma quantidade significativa de capital econômico (riqueza, propriedades, meios de produção) e, conseqüentemente, exerce um poder e influência desproporcionais na sociedade. Esse grupo chamado de elite capitalista, não é apenas um grupo de indivíduos ricos, mas atores sociais com profundo impacto na estruturação das desigualdades, estando intrinsecamente ligada à estrutura do capitalismo, desempenhando um papel crucial na reprodução das desigualdades sociais e na marginalização dos grupos minoritários já mencionados. A partir disso, criam-se injustiças que vão desde práticas de degradação e contaminação ambiental a exposição de indivíduos a riscos que podem afetar à saúde.

O racismo ambiental atua nesse sentido, desprivilegiando grupos de indivíduos, em especial, indivíduos negros, indígenas e demais minorias étnicas e raciais, que são atingidas por processos de injustiça ambiental, prejudicando e expondo esses grupos e outros povos, em função da sua identidade, da sua origem étnica e de condição financeira.

No Brasil, muito se discute sobre essa temática, no sentido de compreendermos em nossa sociedade a desigualdade ambiental imposta por interesses políticos e econômicos de nossas elites, que traz riscos e danos ambientais para os territórios, afetando a saúde humana, intensificando as desigualdades e as injustiças sociais (Herculano e Pacheco, 2006).

Sobre a questão ambiental, nos apoiamos na educação ambiental crítica, na perspectiva de Loureiro, sendo aquela concepção que percebe que as causas estruturais da degradação não se resolve com senso individual, mas com a transformação das estruturas de poder que lucram com a degradação. Desse modo, Costa e Loureiro (2017) salientam que a educação e as questões que envolvem as lutas ambientais são, por essência, atos políticos.

3 O TERRITÓRIO EM QUESTÃO DESSA PESQUISA

A compreensão do contexto socioespacial e das dinâmicas que moldam a vida dos participantes de uma pesquisa é fundamental para a análise dos fenômenos de injustiça ambiental. Segundo Santos (2002, p. 72), a Geografia se interessa por tudo que existe na superfície terrestre, objetos ditos móveis e imóveis, isso inclui um rio, um lago, uma lagoa, uma rodovia, um bairro etc., e todos são objetos geográficos.

O município fluminense de Cabo Frio possui uma área total de 413.449 km², pertence à Região das Baixadas Litorânea, conta com uma população residente de cerca de 222.161 indivíduos (IBGE, 2022), e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0.735 (IBGE, 2010), em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O município é dividido em dois distritos: o primeiro, onde fica a sede municipal, e o segundo, chamado Tamoios. A história da cidade revela inúmeras fases econômicas e transformações socioespaciais, fruto da ação humana motivada por interesses econômicos, que moldaram o território e a identidade de seus habitantes, tornando-se interesse da Geografia.

Após um histórico que passou pela exploração do pau-brasil, pela indústria do sal e pela indústria do turismo, chegou-se hoje às atividades ligadas ao petróleo. De acordo com Volotão (2020), o distrito de Tamoios é responsável por quase 80% dos royalties de petróleo arrecadados por Cabo Frio. O avanço populacional em busca de trabalho resultou em uma série de desafios ambientais e urbanísticos, marcando a área como um epicentro de transformações aceleradas e de conflitos pela gestão do espaço para fins de especulação imobiliária e extrativismo, fazendo pressão sobre o ecossistema da região, ameaçando os remanescentes de vegetação nativa de mata Atlântica (Galiotto, 2008). Apesar de toda riqueza gerada, muito ainda precisa ser feito com relação a infraestrutura no distrito.

Com esse crescimento da cidade, houve uma forte valorização imobiliária o que forçou pessoas a buscarem áreas mais baratas para morarem, como os novos loteamentos nas áreas da Fazenda Campos Novos, que mesmo após ter sido desapropriada pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, e após seu Tombamento pelo IPHAN, o loteamento da Fazenda, que conta com um total de 184 km², continuou a acontecer de forma irregular, ampliando as desigualdades entre o distrito de Tamoios e o distrito sede Cabo Frio. É nesse contexto que emergem as injustiças ambientais aqui incorporadas a pesquisa.

Neste artigo trato de três esferas injustiças ambientais específicas, que funcionarão como lentes focais para investigar a manifestação do racismo ambiental na realidade imediata da comunidade. São elas: a habitação em áreas próximas as torres de transmissão de energia elétrica, a atividade de mineração que gerou lagoas artificiais e o descarte de resíduos sólidos em vias públicas.

O primeiro é o risco à segurança devido às moradias construídas próximas às torres de transmissão de alta tensão de energia elétrica. O segundo refere-se aos impactos da intensa extração de areia, legal e clandestina, desde a década de 1980, formando vários lagos artificiais. O terceiro concentra-se nas falhas graves de gestão e orientação de descarte de resíduos sólidos. Esses cenários exemplificam como a região foi historicamente submetida à degradação e a riscos ambientais, a consolidando como uma zona de sacrifício.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi estruturada para promover uma abordagem participativa e crítica junto aos estudantes de uma escola pública municipal local, buscando articular os conteúdos de Geografia. O planejamento das etapas e instrumentos de coleta de dados visaram não apenas compreender, mas, também, estimular uma transformação, por meio da educação, das práticas e das percepções sobre racismo ambiental, ciência e saúde na comunidade. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa na modalidade qualitativa, do tipo participante (Flick, 2008) e articulada à cartografia social.

Como destaca Minayo (2012, p. 57), “a amostragem qualitativa privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer”, o que se estende aos dados produzidos por eles.

Os mapas oficiais tradicionais são, frequentemente, instrumentos de poder do Estado e do capital. Eles mostram o que interessa a quem domina, ocultando os conflitos, as sociabilidades e as dores de quem vive na base. A cartografia social surge como uma subversão dessa lógica. Segundo Acselrad (2013), trata-se de uma cartografia da resistência, na qual as próprias comunidades mapeiam seus territórios, destacando o que é invisibilizado pelas cartografias hegemônicas. Trazida para o ambiente escolar, a cartografia deixa de ser um mero conteúdo da geografia para se tornar uma linguagem interdisciplinar. Ao desenharem as injustiças ambientais presentes em seus bairros, os estudantes corporificam o espaço. Eles marcam onde sentem medo, onde brincam, onde a rua alaga quando chove e onde a saúde falta. Esse processo de externalizar a vivência espacial em um papel fomenta uma leitura de mundo no sentido freiriano (Freire, 2004). O mapa torna-se um espelho onde o estudante enxerga a si mesmo e a injustiça que o cerca de forma objetiva, permitindo a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica.

4.1 Os participantes da pesquisa

A seleção dos participantes foi guiada por um duplo critério, o de familiaridade com o tema da pesquisa e o alinhamento curricular. A escola oferece o curso fundamental II (6º ao 9º ano), atende na modalidade presencial e contempla cerca de 750 estudantes. Os participantes foram os 35 estudantes de uma única turma do 6º ano do ensino fundamental, que possuem o estudo de mapas e representações do espaço em seus currículos. Os estudantes eram crianças e jovens que vivenciavam cotidianamente as realidades da comunidade local. A Faixa etária era de 12 a 14. O grupo era predominantemente masculino e possuía alta distorção idade-série. Esses indicadores não foram interpretados como uma dificuldade de aprendizagem individual, mas como um sintoma pedagógico de uma vulnerabilidade social mais ampla. Em territórios marcados pela injustiça ambiental, como o distrito de Tamoios, a trajetória escolar dos jovens é frequentemente atravessada por fatores externos à escola, como a precariedade habitacional, a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho informal, a falta de saneamento e a própria mobilidade são fatores que contribuem para a infrequência e a repetência.

4.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se estruturou em uma sequência didática de quatro oficinas de 60 minutos, que reuniram as atividades de ensino e pesquisa implementadas junto aos 35 estudantes, a fim de transformar as observações do cotidiano em conhecimento científico e escolar.

Oficina A. O primeiro momento dessa oficina contou com a presença de 27 estudantes e durou 20 minutos. Ele foi dedicado à consolidação conceitual e à análise crítica dos fenômenos apresentados anteriormente, referentes ao racismo ambiental. Nele, após a apresentação de um vídeo sobre o tema, exibi um conjunto de imagens que retratavam diversas manifestações das injustiças ambientais reais presentes nos bairros de Tamoios. Após a visualização e contextualização das imagens, solicitei que os estudantes analisassem o material e expressassem, com suas próprias palavras, o que compreenderam acerca dos conflitos retratados e de sua relação com o racismo ambiental. Essa análise durou 20 minutos e foi seguida de uma roda de conversa, que também durou 20 minutos e buscou extrapolar a análise das imagens, confrontando-as com suas experiências diretas.

Oficina B. O segundo momento contou com a presença e participação de 22 estudantes e teve por objetivo o desenvolvimento do raciocínio multiescalar, ensinando os estudantes para a localização geográfica do seu contexto e para a espacialização crítica das injustiças ambientais vividas no território (Richter, 2011). Durante 25 minutos os estudantes confeccionaram desenhos e ou imagens dos bairros em que eles moram, contextualizando as injustiças ambientais locais. Após essa etapa, foi realizada nova roda de conversa a fim de compartilhar e debater as injustiças ambientais que observam cotidianamente em suas comunidades. Essa nova roda de conversa durou 20 minutos. Por fim, em 15 minutos, foi incentivado o mapeamento a fim de ativar o olhar geográfico dos estudantes. Para isso, um mapa ampliado de Cabo Frio foi afixado em local de destaque, bem como foi utilizado o mapa da plataforma Google Maps em um tablet com internet da própria pesquisadora, para pesquisar as ruas e respectivos bairros e sobrepor informações.

Oficina C. O terceiro momento foi dedicado ao trabalho direto com o mapa detalhado de Cabo Frio, confeccionado a partir do mapa disponibilizado pela Prefeitura de Cabo Frio, mas com ênfase apenas nos bairros do distrito de Tamoios. Utilizando registros fotográficos, desenhos e as informações levantadas em etapas anteriores, os estudantes foram orientados para dar início à confecção colaborativa do mapa das injustiças ambientais em Tamoios. Neste dia participaram 23 estudantes e a atividade durou os 60 minutos da oficina e exigiu que os estudantes traduzissem suas vivências e os conceitos de racismo ambiental em elementos cartográficos, demarcando espacialmente as áreas de maior vulnerabilidade em Tamoios, consolidando a leitura crítica do território (Cavalcanti, 2016).

Oficina D. O último momento foi dedicado a finalização da confecção colaborativa do mapa das injustiças ambientais em Tamoios. Nesse dia, 22 estudantes estiveram presentes e puderam contribuir na elaboração do mapa final. Utilizando alfinetes como marcadores cartográficos, localizaram geograficamente e demarcaram no mapa do distrito os pontos críticos das vulnerabilidades socioambientais identificadas no território. Essa atividade durou os 60 minutos da oficina e culminou na produção do mapa das injustiças ambientais, consolidando a leitura geográfica e crítica dos estudantes sobre seu território. O mapa das injustiças ambientais em Tamoios, confeccionado pelos estudantes, foi exposto na entrada da escola.

A pesquisa, bem como a coleta dos dados, foi devidamente registrada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o Parecer nº 7.575.013 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAEE) nº 87839825.2.0000.5699, cumprindo todas as diretrizes regulamentares institucionais para pesquisas envolvendo seres humanos.

5 RESULTADOS PARA ALÉM DO MAPA: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES E COMO PROJETAM O ENFRENTAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL LOCAL

A discussão e análise de como os estudantes percebem e projetam o enfrentamento ao racismo ambiental parte de todo o processo de envolvimento deles com cada momento das oficinas, em especial após a confecção do mapa de injustiças ambientais em Tamoios, elaborado por eles. A análise aqui empregada é a análise textual discursiva (Moraes e Galiazzi, 2007).

Dessa análise, a primeira ação consistiu em uma leitura flutuante dos dados coletados nessa oficina e, posteriormente, houve a necessidade de um recorte metodológico, pois em pesquisas de cunho qualitativo, a exaustão de dados irrelevantes ou periféricos não garante a qualidade do estudo; pelo contrário, o foco deve estar na essência do fenômeno investigado.

Na seleção do material para análise me interessei nas percepções dos estudantes sobre racismo/injustiça ambiental após a realização da proposta da produção cartográfica e sua perspectiva de enfrentar a situação. Usei falas expressadas e registradas em diferentes momentos das oficinas, especialmente nas rodas de conversa, para o processo de unitarização e categorização da Análise Textual Discursiva (ATD). Reuni na sequência, na análise, parte do material produzido por 8 estudantes, aqui identificados pelo código de E1 a E8.

Na análise do material coletado na dinâmica com os estudantes, utilizando a proposta da ATD, agrupei as falas em três eixos temáticos. A saber: eixo 1 - percepção da desigualdade e injustiça socioambiental; eixo 2 - atribuição de responsabilidades e o papel das instituições; e eixo 3 - a força da comunidade e ideias para mudar Tamoios.

O objetivo do eixo 1 foi buscar compreender como os estudantes enxergam a realidade do seu território, a negligência do Estado e quem são os mais afetados pela degradação. Para tanto, tomo como exemplo as falas de E1: *“Não, por que todos os lados tem suas diferenças de esforço, alguns ficam mais trabalhados que os outros”*, E6: *“acho injusto que os moradores da rua da Torre saiam de suas casas, a não ser que a prefeitura dê casas para eles morarem”* e E7: *“os moradores de rua e as pessoas de periferias que não tem um ambiente preservado”*.

A fala dos estudantes confirmam a definição de Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 41), que apontam a injustiça ambiental exatamente como esse mecanismo perverso no qual as sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais para as populações de baixa renda e racializadas. Esses são passos no sentido de compreenderem as raízes históricas da desigualdade brasileira, apontada por Maciel e Lelis (2025).

O objetivo do eixo 2 foi buscar compreender como os estudantes percebem quem são os culpados e quem deveria cuidar do ambiente, focando na relação entre a Prefeitura, os moradores e a escola. Para tanto, tomo como exemplo as falas de E2: *“não jogando lixo nas calçadas, não jogando lixo nas lagoas e não poluindo as águas”*, de E3: *“a população preservar, o meio ambiente e o Governo manter as regras da população”* e E8: *“os moradores são os culpados pelo lixo nas ruas”*.

As falas aqui recortadas abordam a questão do lixo destacando uma ideia da educação ambiental conservadora, em responsabilizar o outro pelos danos ambientais e práticas conservadoras. Segundo Costa e Loureiro (2024), a educação ambiental conservadora atua como um mecanismo ideológico que justamente, individualiza a crise ecológica. Os autores apontam que há uma culpabilização da sociedade e do indivíduo comum pela degradação da natureza, o que acaba por ocultar as raízes estruturais dos conflitos ambientais e isentar de responsabilidade os seus principais responsáveis que são o Estado e as grandes empresas capitalistas que estão impactando negativamente o meio e injustiçando indivíduos pobres que moram em áreas em condições de vulnerabilidade, como os estudantes de Tamoios.

O objetivo do eixo 3 foi buscar destacar a força da comunidade e quais são as ideias que emergem dos estudantes para mudar Tamoios. Para tanto, tomo como exemplo as falas de E4: *“se fosse prefeito eu colocaria os asfaltos e tiraria todos do frio”*, E5: *“pode fazer muita a limpando”* e E9: *“a população preservar o meio ambiente e o Governo manter as regras da população”*.

Aqui as falas não reconhecer que a política pode e deve atuar de modo a criar estratégias que evitem ou até mesmo minimizem os impactos negativos ao meio ambiente, fruto das atividades econômicas que nos cercam diariamente. Quando o estudante escrever *“a limpando”*, revela a redução da ação ambiental a uma prática

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

puramente higienista e manual. Esse eixo revela como os jovens de Tamoios não veem a união da comunidade como uma força de mobilização política, de reivindicação de direitos ou de exigência por políticas públicas de saneamento. Pelo contrário, a ação comunitária é reduzida estritamente ao trabalho manual e paliativo com a limpeza física do espaço. Sob a ótica da Educação Ambiental Crítica de Loureiro (2007), essa visão reflete a hegemonia de um modelo pragmático e comportamentalista de educação, que esvazia o sentido político da questão ambiental. Romper com essa visão demanda mudanças de olhares até mesmo para documentos orientadores internacionais, conforme analisam Pedrosa e Tamaio (2022).

Ao articular as falas dos estudantes, constrói-se um metatexto que evidencia uma compreensão ainda fragmentada acerca das injustiças ambientais em Tamoios. Os estudantes reconhecem a existências de problemas ambientais que afetam diretamente o cotidiano do distrito, porém eles tendem a direcionar a responsabilidade pelo enfrentamento dessas situações para instâncias externas, como o poder público ou outras pessoas, revelando uma percepção limitada de sua própria condição enquanto sujeitos históricos capazes de intervir na realidade.

Sob a ótica de Loureiro e Layrargues (2013), o não reconhecimento desses estudantes como agentes transformadores da realidade local, são reflexos de uma alienação e despolitização que precisam ser enfrentadas para que não se caia na ideia do discurso da educação ambiental conservadora. Essa postura é, de certa forma, compreensível ao analisarmos sob a ótica da concepção de ser humano inacabado de Paulo Freire (2004). Assumi que a atividade semeou saberes, percepções e compreensões no sentido de iniciar um olhar diferente para essas questões banalizadas na rotina comunitária.

6 A MATERNIDADE EM MEIO A PESQUISA: ARTICULAÇÕES ENTRE A GRAVIDEZ E A ATIVIDADE PEDAGÓGICA

A pesquisa até aqui apresentada, retrata um sonho antigo, pessoal e profissional. Um sonho adiado, pois as demandas de uma maternidade atípica impunham uma rotina que de certo modo era incompatível com o mestrado. Em 2023, esse desejo encontrou um cenário que parecia ideal, pois meu segundo filho já havia se desenvolvido a ponto de não necessitar de tantos cuidados. Então, me lancei ao ambiente acadêmico, me desdobrando entre as rotinas da sala de aula, da maternidade com meus dois filhos, na época, a casa, o marido e os estudos.

Eu estava empolgada, me sentindo realizada, apenas pelo fato de ter iniciado o mestrado em março, contudo, em junho do mesmo ano, a trajetória acadêmica cruzou-se com uma nova e inesperada realidade, descobri uma gestação não planejada. Nesse cenário, emergiram questionamentos e receio comum a muitas mulheres na academia, que é o estigma da descredibilização, o medo de que a gravidez pudesse ser interpretada como uma diminuição do meu compromisso intelectual ou que gerasse algum desconforto na relação com o orientador.

Esses conflitos internos desencadearam um estado de ansiedade que exigiu tempo e esforço para o restabelecimento de meu equilíbrio emocional. A resiliência, no entanto, foi buscada no coletivo. Ao procurar o suporte de pares, colegas de programa que vivenciaram a maternidade concomitante ao mestrado e ao me aprofundar em discussões sobre redes de apoio e políticas de permanência. Iniciei, portanto, um processo de reafirmação da minha identidade como pesquisadora e mãe. Compreendi, no silêncio do cuidado, após a chegada da minha terceira filha, que eu precisava dela tanto quanto ela de mim. Ela não apenas preenche os espaços da casa, mas renova em mim o desejo de ser inteira.

Após duas prorrogações de seis meses cada me foi possível que elas se transformassem em fôlego para a conclusão do trabalho, mesmo com o sono tornando-se um artigo de luxo, sacrificado em um altar de leituras, fichamentos e redações intermináveis. Minha rotina de escrita não seguiu o horário comercial ou a luz do sol; ela aconteceu no vácuo das madrugadas, entre o choro e o silêncio e a minha escolha de permanecer, prosseguir.

O resultado deste trabalho carrega, portanto, a essência do que essas noites foram para mim. O que antes era um sonho individual, tornou-se um projeto coletivo. Olhar para meus filhos e para a pequena, recém-chegada à família me dava motivo necessário para suportar. Viver esse momento era como se eu carregasse uma balança que nunca se equilibrava.

No final, percebi que ser o suficiente é uma armadilha e que eu não conseguiria dar conta de tudo mesmo e estava tudo bem mesmo assim. Aceitar a minha humanidade dividida foi o que me permitiu terminar a escrita, entendendo que a minha dissertação tem o cheiro do leite e o peso do cansaço, e que isso não a torna menor, mas torna-a real.

E nesse processo de aceitação revisito o objetivo inicial da proposta de estudo sobre o racismo ambiental em Tamoios, quando o foco era mostrar quem vivia a realidade daquele local, mas de uma forma ainda distante, sem me inserir totalmente como parte daquele contexto. Porém, ao longo do processo a discussão deixou de ser apenas o relato sobre a história dos estudantes e moradores para mostrar, na prática, como os problemas ambientais afetam diretamente a vida, a saúde e a rotina das mulheres e da comunidade escolar nas periferias, pensando, sobretudo, nas futuras gerações, como a que eu estava gerando.

O racismo ambiental vai muito além do lixo ou da poluição visual; ele se manifesta no dia a dia de quem vive e trabalha em lugares esquecidos pelo poder público. Durante a realização das atividades com os estudantes, as dificuldades cotidianas para chegar e permanecer na escola, como o transporte público precário (que por vezes exige a busca por um veículo próprio para viabilizar a rotina docente), as ruas sem pavimentação que alagam e causam transtornos, a poeira, o calor excessivo e as salas de aula sem ventilação adequada, ficaram ainda mais pesadas em função da gravidez. Sentir esse desgaste no próprio corpo deixou claro como as falhas de infraestrutura atingem com maior severidade as mulheres grávidas dessa região, limitando sua mobilidade e seu bem-estar.

A partir dessa vivência, este trabalho conecta o relato da minha experiência como mulher grávida à atividade pedagógica desenvolvida com os estudantes. O objetivo é mostrar como a escola pode ser um espaço potente para debater a justiça ambiental, sem deixar de denunciar que o corpo da mulher e da mãe no território é um dos primeiros a sofrer os impactos da degradação das injustiças ambientais.

Portanto, ter gestado durante o mestrado me permitiu rever meu modo de cuidado não só comigo e os meus, mas também para com o outro. Na academia, muitas vezes perdemos-nos em abstrações distantes da vida real e a maternidade trouxe-me de volta ao chão, ao corpo e ao tempo presente. Deu-me uma visão mais empática, paciente e, acima de tudo, mais humana sobre o meu objeto de estudo. Olhar para o futuro dos meus filhos fez-me questionar para quem e para que escrevo. A minha pesquisa deixou de ser apenas um título para se tornar um compromisso com um mundo onde as vivências maternas também possam ser visibilizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa emergiu de um território-escola localizado em área com muitas carências, como insuficiência de recursos básicos, problemas de infraestrutura, vulnerabilidade social e restrições no acesso a serviços essenciais, fazendo com que a escola assuma um papel além do ensino, ao atuar como espaço de apoio, acolhimento e proteção.

Fundamentada na educação ambiental crítica, atrelada ao uso da cartografia, para trabalhar o enfrentamento do racismo ambiental e das injustiças ambientais por ele geradas nos bairros do distrito, organizei uma sequência de oficinas para que reconhecessem elementos de suas realidades como consequência de uma estrutura de injustiças praticadas no território, estruturadas pelo racismo ambiental.

A análise dos resultados indicou que muitos estudantes ainda apresentavam uma percepção em processo de construção sobre as injustiças ambientais de seu território. A escola é um solo fértil para que a formação científica possa gerar uma apropriação crítica do território em que vivem. Nesse contexto, a pesquisa atuou como uma semente, proporcionando oportunidades iniciais de reflexão crítica sobre a realidade local e contribuindo para a formação de sujeitos capazes de se posicionar eticamente diante das injustiças ambientais e atuar na transformação de seu território.

Além das contribuições formativas aos participantes da pesquisa, ela foi fundamental, também, para a autora. Concluo a pesquisa não sendo a mesma pesquisadora que o iniciou. Sou agora uma mulher que carrega a ciência numa mão e o amanhã na outra. A maternidade não me subtraiu da academia, ela transbordou-me, conferindo à minha escrita uma profundidade e um compromisso construídos em experiências que não são possíveis via programas curriculares.

REFERENCIAIS

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, n. 11, p. 105-123, 2013. DOI: <https://doi.org/10.55441/1668.7515.n11.5549>.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2016.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 111-121, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5d4vHvd6QcrMYyPZNqMmfCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2026.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental crítica e conflitos ambientais: reflexões à luz da América Latina. **Revista e-Curriculum**, v. 22, e59508, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e59508>.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GALIOTTO, Ernesto. **Natureza intacta & agredida: 30 anos de luta ambiental**. Depoimento a Adair Carvalho. Cabo Frio, RJ: Espaço Cultural e Ambiental Érico Veríssimo, 2008. 335 p.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso? In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (org.). **Racismo ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 21-28.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf. Acesso em: 20 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 20 set. 2026.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, DF: Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; UNESCO, 2007. p. 65-72.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>.

MACIEL, Antônio Charles Nascimento; LELIS, Henrique Rodrigues. As raízes históricas do racismo ambiental no Brasil: um estudo sobre as desigualdades socioambientais e a exposição diferenciada a riscos ambientais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23161>. Acesso em: 20 set. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

PEDROSA, Rebekah Farias Cardoso de Britto; TAMAIO, Irineu. A educação ambiental frente ao desafio da crise climática, na visão de um material pedagógico da Unesco: reprodutivista ou transformadora? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 6, p. 227-246, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.14325>.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia**: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VOLOTÃO, Juarez. Tamoios, Terra Prometida. **O Dia**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/cabo-frio/2020/11/6023455-tamoios-terra-prometida.html>. Acesso em: 20 set. 2026.